CAIO PRADO JÚNIOR

*FORMAÇÃO DO BRASIL
CONTEMPORÂNEO*

COLÔNIA

editora brasiliense

São Domingos. No Brasil, procurou-se também introduzir o indigoeiro. Deve-se isto à iniciativa do Marquês do Lavradio, em 1769; e o anil prosperou sobretudo no Rio de Janeiro. Em Cabo Frio em particular, onde havia, em fins do século, 206 manufaturas para a preparação do produto, e a exportação chegara a 1.500 arrobas⁶³. A exportação total da capitania foi em 1796 de 5.000 arrobas⁶⁴. Mas pela mesma época iniciava-se a decadência; aliás, na América em geral, por efeito da concorrência da Índia onde a Inglaterra, tendo perdido suas colônias americanas, estimulava com grandes capitais o renascimento da produção. O Brasil foi particularmente atingido porque seu produto, mal preparado e fraudado, tinha péssima aceitação nos mercados. A cultura do indigoeiro desaparece praticamente pouco depois⁶⁵.

63 *Memórias de Cabo Frio*, 205.

64 *Produtos exportados ao Rio de Janeiro*.

65 Sobre o anil, veja-se o muito bem feito trabalho do Visconde de Abrantes, *Origens da cultura e comércio do anil*. Relativamente ao início da cultura e esforços do Marquês do Lavradio, consulte-se seu *Relatório*, 38. Encontraram-se ainda informações interessantes sobre o anil no longo *Ofício* que seu sucessor Luís de Vasconcelos e Sousa escreveu ao deixar o governo (1789), 183.

Agricultura de Subsistência

Já apontei acima os motivos principais por que fiz esta distinção, fundamental numa economia como a nossa, entre a grande lavoura que produz para a exportação, e a agricultura que chamei de “subsistência”, por destinar-se ao consumo e à manutenção da própria colônia. E acrescente que além daqueles fundamentos gerais da distinção, ocorre ainda a diversidade da organização de um e outro setor da agricultura colonial. De fato, enquanto na grande lavoura, como vimos, encontramos a exploração em larga escala, disposta em grandes unidades produtoras (fazendas, engenhos) que empregam numerosa mão-de-obra e organização coletiva do trabalho, na agricultura de subsistência, pelo contrário, predominam outros tipos de estrutura agrária, variáveis, aliás, como veremos.

Há naturalmente entre estes setores um terreno comum. Todos os produtos da grande lavoura – açúcar, algodão, tabaco e os demais – se consomem igualmente no país; e neste sentido, portanto, são também de subsistência. Da mesma forma, certos produtos que entram nesta última categoria se exportam, embora em pequenas quantidades e quase sempre ocasionalmente apenas. Seriam pois também de exportação. Mas a proporção é de tal modo favorável, no primeiro caso à exportação, no segundo ao consumo interno, que não há confusão possível. E além deste critério quantitativo, há a considerar a natureza econômica intrínseca de uma e outra categoria de atividade produtiva: o fundamento, o objetivo primário, a razão de ser respectiva de cada uma delas. A diferença é aí essencial, e já me ocupei suficientemente da matéria.

Destaquemos alguns ramos da produção agrícola em que mais se verifica tal superposição de caracteres. A aguardente em primeiro lugar. A situação deste gênero é toda especial: trata-se de um subproduto, e a maior parte de sua volumosa produção deve-se a esta circunstância. Não fosse o açúcar, e certamente ela se reduziria muito. Doutra lado, a aguar-

dente está na categoria particular dos gêneros de escambo utilizados no tráfico de escravos¹.

O algodão e o arroz também, embora produzidos para a exportação, se consomem bastante no país. Já notei no caso do primeiro que a produção dele no Brasil precede de muito a época em que começou a ser exportado. Mas depois disto a situação se inverte completamente, e a fibra começa a ser produzida sobretudo para o comércio exterior. O seu consumo na colônia, em que continua a servir na confecção de tecidos grosseiros para vestimenta de escravos, ocupa um lugar secundário e de mínima expressão.

Quanto ao arroz, embora se consuma largamente no país, o grande volume de sua produção se explica sobretudo pela exportação que dele se faz. Podemos mesmo distinguir, na rizicultura colonial, um setor de grande lavoura, como no Maranhão, e também em menor escala, no Pará e no Rio de Janeiro, onde o estímulo é claramente o do comércio exterior; e outro, de proporções muito mais reduzidas, disseminando por várias regiões, e que tem o mesmo caráter das demais culturas exclusivamente de subsistência, como as da mandioca e do milho.

Mesmo pois nestes casos extremos, uma análise mais atenta mostra que os dois grandes setores em que dividi a produção colonial se distinguem nitidamente. E feitas estas observações preliminares, vejamos como se organiza e distribui nossa agricultura de subsistência. Encontramo-la em primeiro lugar incluída nos próprios domínios da grande lavoura, nos engenhos e nas fazendas. Estes são em regra autônomos no que diz respeito à subsistência alimentar daqueles que os habitam e neles trabalham. Praticam-se aí as culturas alimentares necessárias a este fim, ou nos mesmos terrenos dedicados à cultura principal, entremeando-a – como se dá com o milho, plantado entre os algodoeiros, ou com a mandioca, nos canaviais² –, ou em terras à parte destinadas especialmente a elas. Parte é realizada por conta do proprietário, que emprega os mesmos escravos que tratam da lavoura principal e que não estão permanentemente ocupados nelas; outra, por conta dos próprios escravos, aos quais se concede um dia na semana, geralmente o domingo, e até às vezes, no caso de um senhor particularmente condescendente, mais um outro dia qualquer, para trata-

1 Das 4.345 pipas de aguardente exportadas do Rio de Janeiro em 1796, 2.841 foram empregadas neste tráfico. *Produtos exportados do Rio de Janeiro*. Note-se que há nesta capitania, regiões especializadas na produção de aguardente, e onde o açúcar passa a um segundo plano, como em Parati.

2 Koster, *Voyage*, II, 270 e 291.

rem de suas roças. As fazendas de gado no sertão do Nordeste, a que me referirei com mais vagar noutra capítulo, também são autônomas no que diz respeito à subsistência de seus empregados; plantam-se aí nas várzeas dos rios, únicos lugares em que a agricultura é possível nestas regiões semi-áridas, alguns gêneros de que se ocupam os *fábricas*, auxiliares do vaqueiro. Coisa semelhante se passa nas fazendas do Sul, Minas Gerais, Campos Gerais, Rio Grande. Assim, de um modo geral e em princípio, pode-se dizer que a população rural da colônia ocupada nas grandes lavouras e nas fazendas de gado, e que constitui a maior parte do total dela, provê suficientemente à sua subsistência com culturas alimentares a que se dedica subsidiariamente, sem necessidade de recorrer para fora.

Não está nestas condições a urbana. Esta tem naturalmente de socorrer-se do exterior. Em parte, abastecem-na com seus excessos os grandes domínios. Parte pequena, freqüentemente nula; há momentos em que a alta dos preços dos produtos exportáveis estimula de tal forma estes últimos, que os alimentares são completamente abandonados, e até os grandes domínios têm de apelar para fora no que diz respeito ao seu abastecimento. Por estes motivos constituem-se lavouras especializadas, isto é, dedicadas unicamente à produção de gêneros alimentares. Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente e separado da grande lavoura e cuja organização aliás varia. Vai desde a grande propriedade, aproximando-se neste caso, nos seus caracteres exteriores, da grande lavoura – o que é menos freqüente, – até a insignificante roça, chácara ou sítio, onde não há escravos ou assalariados e onde o proprietário ou simples ocupante da terra é ao mesmo tempo o trabalhador. É preciso distinguir entre estes dois casos do proprietário e do mero ocupante, pois este último ocorre freqüentemente sob a forma do *agregado* dos grandes domínios. O agregado é um trabalhador rural a quem o proprietário cede, em geral a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio. Deixo para analisar o estatuto deste agregado quando me ocupar da organização social da colônia. Basta assinalar aqui que, sob o aspecto econômico, ele faz as vezes de um pequeno produtor autônomo. Embora ligado ao senhor do domínio, e seu subordinado, não se entrosa na organização normal e regular da grande lavoura.

Assim, com mais ou menos independência do lavrador, e maior ou menor extensão da lavoura respectiva, constituem-se a par das grandes explorações, culturas próprias e especializadas que se destinam à produção de gêneros alimentares de consumo interno da colônia. É um setor

subsidiário da economia colonial, depende exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças. Daí aliás o seu baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária. De produtividade escassa e sem vitalidade apreciável. Raramente encontramos lavouras desta natureza que se elevem acima de tal nível. Em geral, a sua mão-de-obra não é constituída de escravos: é o próprio lavrador, modesto e mesquinho, que trabalha. Às vezes conta com o auxílio de um ou outro preto, ou mais comumente, de algum índio ou mestiço semi-servil. Excepcionais são neste setor as fazendas. Veremos abaixo estas exceções.

Pelo destino dado aos produtos desta pobre agricultura de subsistência, podemos prever a sua localização. Ela será naturalmente e de preferência nas proximidades dos grandes centros urbanos a que particularmente serve. É assim que na Bahia dissemina-se pelos contornos do Recôncavo, entremeando os engenhos de açúcar e plantações de tabaco. Contentando-se com solos inferiores ou cansados, inaproveitáveis para a cana e a grande lavoura em, geral, as culturas alimentares encontram nesta região algumas sobras de terras vantajosas pelo fato de se situarem próximas a um grande mercado para seus produtos. Em Pernambuco, a cidade não está a este respeito tão bem situada. Os seus fornecedores mais próximos acham-se bastantes afastados. Entre eles se destacam Tejucupapo e a ilha de Itamaracá. O Rio de Janeiro, como a Bahia, é banhado por larga enseada que não é em todo seu contorno aproveitável para a grande lavoura. As culturas alimentares encontram aí bastante espaço, bem como nas ilhas fronteiras. A capital da colônia é em conjunto bem abastecida, porque àqueles sítios se juntam as áreas contíguas à cidade para o interior; num raio de mais de uma légua é este o caso³. Coisa semelhante se repete, bem que em muito menor escala, nas demais aglomerações da colônia.

Além destas concentrações em tomo dos centros urbanos, formam-se outras que, embora afastadas deles, são suas tributárias. As regiões em que se localizam as grandes cidades são sempre centros de grande lavoura; resultam aliás da presença destas grandes lavouras, únicas atividades capazes na colônia de provocar a formação de aglomerações urbanas de certo vulto. Veremos abaixo o caso da mineração. Sendo assim, as terras próximas às cidades se destinam quase sempre à grande lavoura, e são por ela ocupadas. Sobra espaço insuficiente para as culturas alimentares, “mesquinha plantação”, como as chama o Desembargador João Rodrigues de Brito, mais tarde deputado às Cortes de Lisboa, quando consultado so-

3 Luccock, *Notes*, 295 e segs.

bre a situação da agricultura colonial⁴. Indicarei abaixo as conseqüências nefastas deste desprezo. As culturas alimentares se localizam por isso, em grande parte, longe das cidades embora sejam estas seus únicos mercados. Escolhem todavia os lugares de acesso mais fácil: a marinha, que oferece o transporte mais barato que se realiza por água. Assim, os pontos da costa que não são suficientemente favorecidos para que neles se instalasse a grande lavoura, mas aceitáveis para uma atividade de segunda ordem, se tornarão áreas de concentração da agricultura de subsistência. Está no caso do litoral que se estende do Recôncavo baiano até o Rio de Janeiro, e deste para o Sul. Para o norte da Bahia, e transposto o trecho que foi tomado pela grande lavoura do açúcar e que vai até a Paraíba, segue-se, como vimos, uma costa arenosa impréstável para a agricultura. É por isso que não teve o mesmo destino. Mais para o Sul formam-se em sucessão contínua todos estes lugarejos estreitamente ligados às necessidades alimentares dos grandes centros da colônia, e que constituem a comarca de Ilhéus e as capitanias de Porto Seguro e Espírito Santo. O mesmo para baixo do Rio de Janeiro: no litoral paulista, incluindo o do atual Paraná; na ilha de Santa Catarina e terra firme que com ela entesta; finalmente no Rio Grande do Sul. Estas áreas são todas, e quase exclusivamente, abastecedoras do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, em gêneros de subsistência. Em nenhuma delas, salvo em pequenas proporções no Espírito Santo e São Paulo, instalou-se a grande lavoura. Ou então não vingou nelas. Por um motivo ou outro não se prestaram a isto; e as populações que nelas se fixaram, populações marginais de baixo teor de vida na maioria, aí se encontram só porque não acham lugar nas zonas de maiores perspectivas que são da grande lavoura. A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes⁵. Martius, o Príncipe Maximiliano e Saint-Hilaire, que percorreram estas regiões, deixaram delas

4 *Cartas econômico-políticas*, 29.

5 Em Caim, Vilhena assinala moradores de sangue ilustre – Meneses, Barretos, Castros, Lacerdas, etc –, mas inteiramente degenerados. *Recovilação*, 517.

um testemunho doloroso. Fazem exceção à regra apenas as populações do Extremo-Sul, Santa Catarina e Rio Grande, em cuja constituição intervieram fatores particulares e especiais, como vimos acima: a colonização provocada de açorianos, o que deu outra feição ao tipo de habitantes destas regiões. Assim mesmo contudo, é uma população pobre e de medíocre nível de vida que as ocupa⁶:

Este tipo de agricultura de subsistência autônoma, isto é, separada dos domínios da grande lavoura e especializada em seu ramo, encontra-se também, em proporções apreciáveis em Minas Gerais. A maioria da população dos distritos mineradores, e é ainda assim no alvorecer do séc. XIX apesar da decadência da mineração, ocupa-se aí na extração do ouro e diamantes, que ao contrário da grande lavoura, não permite este desdobramento de atividades que encontramos nesta última, e que torna possível aos indivíduos nelas ocupados dedicarem-se simultaneamente a culturas alimentares de subsistência. O trabalho das minas é mais contínuo e ocupa inteiramente a mão-de-obra nela empregada. Sob este aspecto, as populações mineradoras se assemelham às urbanas. Tal fato provocou em Minas Gerais, mais densamente povoada que outros centros de extração de ouro, o desenvolvimento de certa forma apreciável de uma agricultura voltada inteiramente para a produção de gêneros de consumo local. Desenvolvimento tão acentuado que chegou a causar alarmes na administração metropolitana e seus delegados, que fascinados pelo metal e pelas pedras que começavam a escassear, viam nesta atividade agrícola uma das causas do declínio da mineração e dos rendimentos do sacrossanto Erário Real⁷.

A proximidade de um importante núcleo de povoamento do litoral como o Rio de Janeiro, veio reforçar aquela situação. E graças a estas perspectivas excepcionais, a agricultura mineira, embora quase exclusivamente de subsistência – as únicas exceções são os casos já assinalados do algodão em Minas Novas e do tabaco no Sul –, adquire um nível bem mais elevado que o das demais regiões similares da colônia. E é aí que encontramos as principais daquelas poucas exceções acima lembradas, de grandes propriedades, fazendas, ocupadas unicamente com a produção de gêneros de consumo interno.

Outras áreas particulares em que a agricultura de subsistência encontra condições propícias é ao longo das grandes vias de comunicação,

6 Descrevem-nas Saint-Hilaire e Luccock que por aí passaram.

7 Veja-se a este respeito, em particular, a *Memória* de José Vieira Couto, bem como as considerações sobre o assunto do autor anônimo do citado *Roteiro do Maranhão*.

freqüentadas pelas numerosas tropas de bestas, que fazem todo o transporte por terra na colônia, e pelas boiadas que das fazendas do interior demandam os mercados do litoral. Sobretudo as primeiras, que no sentido que nos interessa aqui mais se destacam: é preciso abastecer estas tropas durante a sua viagem, alimentar os condutores e os animais. Não se julgue que este trânsito é pequeno, e quando forem analisadas as comunicações e transportes da colônia, procurarei dar uma idéia dele. Por ora, basta-nos adiantar que é largamente suficiente para provocar o aparecimento, sobretudo nas grandes vias que articulam Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro entre si, de uma atividade rural que não é insignificante. O consumo de milho pelas bestas, em particular, é tão volumoso e constitui negócio de tal modo lucrativo para os fornecedores, que estes, para atrair os viajantes, não só lhes põem à disposição *ranchos* onde pousem na jornada, mas dão ainda mantimentos gratuitos para o pessoal das tropas e pasto para os animais⁸. As boiadas também contribuem, embora em menores proporções, para o povoamento e uma certa atividade agrícola em zonas que de outra forma teriam sido desprezadas. A este respeito, já citei o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*, que se refere ao assunto.

O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, vota a agricultura de subsistência, e que parece ter ficado bem caracterizado acima, cria um problema que é dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar. Refiro-me ao abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra. Excetua-se tão-somente o Rio de Janeiro, pelas circunstâncias acima referidas, e que parece nunca ter sofrido neste terreno como as demais grandes cidades da colônia. Nestas outras, sobretudo na Bahia e em Pernambuco, há um verdadeiro estado crônico de carestia e crise alimentar que freqüentemente se tornam em fome declarada e generalizada. Isto ocorre sobretudo nos momentos de alta de preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades e atenções se voltam inteiramente para ela e as culturas alimentares são desleixadas e abandonadas. Situação paradoxal, porque é a miséria e a fome a ombrearem com a prosperidade daqueles preços elevados.

Desde longa data, a legislação da colônia se preocupava com o mal e tentara obstá-lo⁹. O alvará de 25 de fevereiro de 1688 mandava que

8 Observações desta natureza são correntemente feitas pelos viajantes que nos deixaram seus diários, como Martius, Saint-Hilaire e outros. Veja-se em particular este último, *Segunda viagem a Minas Gerais*, 200.

9 Já os holandeses, na época da ocupação de Pernambuco, tinham enfrentando o problema e procurando resolvê-lo com medidas coercivas do plantio de gêneros alimentares. Wätjen,

os lavradores de cana plantassem pelo menos 500 covas de mandioca para cada escravo de serviço; o de 27 de fevereiro de 1701, que os donos de embarcações ocupadas no tráfico africano tivessem roças próprias para plantar mandioca, suficiente para suas tripulações e para os escravos transportados. Ambas as leis foram reforçadas pela Previsão Régia de 28 de abril de 1767¹⁰. Mais tarde, começou-se a incluir nas sesmarias concedidas a cláusula de plantar um certo número de covas desde o primeiro ano da ocupação¹¹. Outra disposição legal mandava que ninguém pudesse ser lavrador de cana sem ter para mais de 7 escravos próprios.

Não parece contudo que a insistência e as várias medidas adotadas tivessem resultado apreciável. Todos procuravam furta-se ao seu cumprimento, e pode-se imaginar como seriam inócuas quando os lavradores tinham diante de si as perspectivas de altos preços do açúcar, e gordos negócios em vista. Vilhena, que habitou a Bahia num daqueles bons momentos, últimos anos do séc. XVIII, não encontra palavras para deplorar a desobediência geral na matéria, e adverte contra os perigos iminentes que já se percebiam na má qualidade e preços excessivos dos gêneros¹². A precaução que se tomara então fora de proibir a exportação de gêneros alimentares para fora da capitania. Prejudicado maior foi Pernambuco, que dependia dela.

Escusado dizer que estas determinações legais eram acrimosamente combatidas. A elas se atribuíam toda sorte de malefícios, e embora praticamente inoperantes, como vimos, consideravam-se responsáveis por boa parte das dificuldades dos lavradores. No conhecido inquérito mandado proceder na Bahia em 1807 pelo governador Conde da Ponte, os consultados, pessoas de destaque na administração, agricultura e comércio, vêm todos fulminar seus raios contra o que os privava, ou procurava privá-los dos bons proveitos que direta ou indiretamente auferiam da cana. E tão absurdas achavam as medidas, que um deles, o notório senhor do Engenho da Ponte, Manuel Ferreira da Câmara, não hesita em lançar-lhes seu formal desafio: "Não planto hum só pé de mandioca para não cair no absurdo de renunciar á melhor cultura do paiz pela pior

Das holländische kolonialreich in Brasilien, 283.

10 Vilhena, *Recopilação*, 151, e Brito, *Cartas econômico-políticas*, 28.

11 Isto se fez na Bahia, a partir de 1788. *Memória sobre as sesmarias da Bahia* (fragmento), 387.

12 *Recopilação*, 159, etc.

que nelle ha..."¹³. Mas nenhum deles se lembrou de discutir o verdadeiro problema: a fome que periodicamente afligia o Recôncavo. Por que se lembrariam dela, quando os largos proventos que tiravam do açúcar lhes davam de sobra para pagar os preços, que para eles não eram altos, dos gêneros que consumiam?

Pernambuco parece ter sido dos mais atingidos pela escassez de alimentos. Além da reduzida produção local, bem menor que a da Bahia, agrava-se a situação pela concorrência das secas periódicas que flagelam o sertão, quando as populações famintas do interior refluem para o litoral em busca de alívio. Assim na Grande Seca de 1793, quando a mortandade foi grande, e a Bahia teve de socorrer os flagelados com fortes remessas extraordinárias de víveres¹⁴. Pernambuco, apesar de menos povoado que a Bahia, dependia muito mais que esta do abastecimento exterior; na exportação de gêneros do Rio de Janeiro, figura com volume cerca de duas vezes maior¹⁵.

No Maranhão a situação é a mesma. As fomes são freqüentes, o algodão absorve todas as atividades e ninguém cuida de culturas alimentares. Isto se dá não somente na capital, mas em todo Itapicuru, a grande zona algodoeira¹⁶. Martius observará que em São Luís ocorria por vezes falta tão absoluta de gêneros, que os habitantes tinham de se contentar com o arroz para escapar à fome¹⁷. Felizmente para a capitania, havia este mantimento que abundava graças ao fato de ser exportável. Como se vê, até a alimentação de seus habitantes é no Brasil-colônia função subsidiária da exportação.

Vejamos contudo, para terminar, a distribuição por espécies das culturas alimentares do país. Não será preciso lembrar que em área e volume, o primeiro e incontestado lugar cabe à mandioca, o "pão da terra". Já observei acima que ela é aqui um acompanhamento necessário do Homem. Pelas qualidades nutritivas da farinha, adaptabilidade da sua cultura a qualquer terreno e excepcional rusticidade, a mandioca, introduzida pela

13 *Cartas econômico-políticas* – Protesto contra medidas restritivas da exportação de gêneros alimentares do desembargador presidente da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro, José Feliciano da Rocha Carneiro. Carta de 28 de abril de 1798 in *Correspondência de várias autoridades*, 280.

14 Vilhena, *Recopilação*, 159.

15 *Produtos exportados do Rio de Janeiro*.

16 Francisco de Paula Ribeiro, *Roteiro de viagem*, 51; e *Descrição do território dos Pastos Bons*, 55.

17 *Viagem*, II, 273.

tradição indígena, foi universalmente adotada pela colonização como gênero básico de alimentação; e assim se perpetuou até nossos dias¹⁸. É certamente a maior contribuição que nos trouxe a cultura indígena. Contudo, apesar desta universalidade, pode-se observar nas diferentes regiões do país uma certa variabilidade no grau de sua difusão. Assim no Sul o milho leva-lhe a palma. Capistrano, observando esta maior predominância do milho na alimentação meridional, considera o emprego deste cereal como traço cultural que indica a influência paulista do Sul. E ligando o consumo habitual do milho ao *monjolo* que se usa na pilação, associa-o aos lugares de águas correntes que acionam aquele aparelho. Nos sertões do Norte, onde a água é escassa, o *munguzá*, que corresponde à *canjica* de milho paulista, só se usava nas casas-grandes, com escravos para a pilação¹⁹. Esta associação de Capistrano é sumamente interessante; mas é preciso considerar outros fatores que contribuem para a maior difusão relativa do milho e da mandioca; outras condições naturais que não a simples frequência da água corrente; possivelmente elementos étnicos; também o maior emprego, nas montanhosas regiões do Sul, de bestas de carga cuja alimentação essencial é o milho²⁰. O certo é que, enquanto no Norte domina incontestavelmente a mandioca, vindo o milho somente muito depois, no Sul, a situação é inversa. Martius, referindo-se a São Paulo, chega a afirmar com algum exagero que a mandioca é aí raramente cultivada, “porque é tida como pouco saudável”; e acrescenta que nas capitanias do Norte se faz a mesma opinião do fubá, a farinha do milho²¹.

Podemos grosseiramente traçar o limite entre as áreas respectivas da mandioca e do milho pelas fronteiras da Bahia e de Minas Gerais. Nesta, o último já domina. Enumerando os gêneros que aí se consomem, o autor anônimo das *Considerações sobre as duas classes de povoadores*

18 Notemos aqui que o termo mandioca se aplica propriamente à parte tuberosa das raízes da *maniva*, que é o verdadeiro nome da planta. A este respeito, veja-se o *Dicionário de Botânica Brasileira*, de Joaquim Almeida Pinto.

19 *Capítulos de história colonial*, 278 e 283.

20 No Norte, o animal de carga mais usado é o cavalo; e a ração clássica deste é lá, segundo Gilberto Freyre, o melaço ou mel-de-furo. *Nordeste*, 97. — A pequena difusão do milho no Norte se poderá atribuir talvez a condições naturais adversas à sua cultura. Referindo-se à época atual, o Sr. Gregório Bondar, consultor do Instituto de Fomento da Bahia, descreve neste Estado os efeitos devastadores do *caruncho* dos cereais, o que só poderia ser obstado pelo expurgo. No Sul, pelo contrário, graças ao clima, o *caruncho* é muito pouco freqüente. Veja-se o interessante artigo daquele agrônomo, publicado em “*O Estado de São Paulo*”, de 23 de fevereiro de 1941: “O êxodo da população nortestina do Brasil e o *caruncho* dos cereais”.

21 *Travels*, Book, II, 16.

de Minas Gerais, que se atribuem a Vieira Couto, se refere única e exclusivamente ao milho, ao feijão e “alguns efeitos dos engenhos de cana”. Saint-Hilaire, nas suas longas peregrinações por esta capitania que percorreu inteiramente, observa também a frequência muito maior do milho. No Norte, pelo contrário, este cereal é pouco cultivado. Fazendo a relação das produções de Pernambuco e das capitanias anexas, a *Idéia da população*,..., escrita no governo de José César de Meneses, e já citada acima, só se refere ao milho num único ponto, na freguesia de São Lourenço da Mata. No Pará, a alimentação se compõe, além do peixe, de um pouco de arroz e de carne-seca, exclusivamente da mandioca; aliás na sua mais indigesta forma, a *farinha-d'água*²². É interessante notar que, no Norte, o milho parece estar associado ao algodão; é ele, com o feijão, segundo Koster, o principal alimento dos escravos nos algodoados de Pernambuco²³; e Martius observa a mesma coisa no Maranhão²⁴. Aliás as duas culturas se dão muito bem juntas, e para elas se emprega o mesmo terreno, intercalando as plantas, como já anotei acima. Isto se dá, enquanto é com a mandioca que se entremeia a cana; são associações que talvez signifiquem alguma coisa.

Na marinha, o limite da mandioca desce mais para o sul que no interior. Parece pois que o clima é um fator importante. No litoral meridional da Bahia, o milho é tão escasso que o Desembargador Luís Tomás de Navarro, viajando por aí em 1808, encontrou até Canavieiras grandes dificuldades para a alimentação de suas bestas²⁵. Daí para o sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo Santa Catarina, o milho é encontrado com mais frequência, mas a mandioca ainda predomina²⁶. Em São Paulo, enquanto o milho é mais abundante serra acima, a mandioca leva-lhe a palma no litoral²⁷. Em Santa Catarina, capitania exclusivamen-

22 Martius, *Viagem*, II, 15. É o que se denomina localmente, do nome indígena, *farinha puba*, que se obtém macerando a raiz na água e deixando-a sofrer princípio de fermentação, quando perde o veneno. Lava-se depois, e uma vez seca, é consumida sob várias formas.

23 *Voyages*, II, 291.

24 *Viagem*, II, 548.

25 *Itinerário*.

26 Embora Brás da Costa Rubin afirme que no Espírito Santo o milho é a parte principal da alimentação tanto do Homem como dos animais (*Memória*, 310), temos razões para suspeitar de um engano. A asserção vai de encontro a todas as demais informações que possuímos da capitania, e que são bastante numerosas.

27 Martius publica (*Travels*, Book II, 35) o quadro da exportação de São Paulo em 1807: por terra, vindo portanto do planalto, exporta-se muito milho, e nenhuma mandioca; por mar, a situação é inversa.

te marítima – o planalto interior ainda não se integrara propriamente nela, e vivia apartado – a produção, consumo e exportação da mandioca são muito superiores aos do milho²⁸. Mais para o sul, ela é desconhecida.

Depois da mandioca e do milho, seguem na lista dos alimentos vegetais da colônia e na de suas culturas, o feijão e o arroz. O primeiro se distribui, quase sem discriminação, por todo o país, embora pareça ser mais freqüente no Centro-Sul: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo. O arroz, artigo de grande exportação no Maranhão, menos no Rio de Janeiro e Pará. cultivava-se para consumo interno em todo o litoral, do Extremo Norte a São Paulo. Evidentemente, fator climático predominante: calor e umidade. Não se encontra mais para o sul, nem em Santa Catarina, nem no Rio Grande²⁹.

O trigo é cultivado no Sul, desde São Paulo, particularmente nos Campos Gerais, hoje Estado do Paraná, até o Rio Grande. Neste sobretudo, onde constitui o principal gênero de alimentação vegetal, e donde se exporta em regular quantidade para outras capitânicas³⁰. O mesmo se passa em Santa Catarina³¹. Cultiva-se também o trigo, em pequena quantidade, nalguns distritos de Minas Gerais – Guanhães, Serro, Peçanha, Serra da Piedade, próximo a Sabará³²; e em Jacobina, na Bahia, donde se exporta farinha para a capital³³.

As demais culturas alimentares não merecem atenção. Hortaliças são excepcionais. Mesmo nos grandes centros, consomem-se pouco e só os abastados se dão a este luxo. Com as frutas, ocorre mais ou menos a mesma coisa. Pomares, e menos freqüentemente hortas, aparecem às vezes nos grandes domínios, os engenhos do Nordeste e as fazendas do Sul, como culturas suntuárias de seus proprietários. Nas capitânicas meridionais, sobretudo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, encontram-se mais freqüentemente as hortaliças. Destaquemos a cebola, que se cultivava bastante nestas regiões e se exporta em regular quantidade. Influência com certeza do ilhéu.

28 Dados de 1810, publicados no *Patriota*, nº 3, de março de 1813, p. 98.

29 Notemos que os maiores produtores de arroz são hoje no país Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Este último, não mais no litoral, mas sobretudo no planalto, o vale facilmente irrigável do Paraíba. O contraste com o passado colonial é neste caso frisante. Antes fosse assim em tudo...

30 Veja-se o quadro de exportação do Rio Grande do Sul, de 1790 a 1792, numa carta do governador Rafael Pinto Bandeira. *Correspondência de várias autoridades*, 266.

31 *Patriota*, nº 3, de março 1813.

32 Saint-Hilaire, *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro*, 1931, e 416; II, 270.

33 Southey, *History*, III, 796 e 803.

Mineração

Não fosse por consideração de simples ordem na exposição, deveria ter-me ocupado da mineração logo depois da grande lavoura. É que participa do mesmo caráter econômico desta última e pertence à mesma categoria. Ambas se destinam à exploração de produtos que têm por objeto unicamente a exportação, em função da qual se organiza e mantém a exploração; são atividades que se desenvolvem à margem das necessidades próprias da sociedade brasileira. Donde seu caráter precário no que diz respeito aos interesses fundamentais desta última, sua impropriedade como base econômica e de vida para a coletividade humana que nelas se apoia. Já vimos isto em relação à grande lavoura, que entre outros efeitos até impediu que a agricultura resolvesse o mais elementar problema da população brasileira, e que é o da sua subsistência alimentar. Iremos encontrar coisa semelhante na mineração.

No alvorecer do séc. XIX, a indústria mineradora do Brasil, que se iniciara sob tão brilhantes auspícios e absorvera durante cem anos o melhor das atenções e atividades do país, já tocava sua ruína final. Os prenúncios desta já se faziam aliás sentir para os observadores menos cegos pela cobiça, desde longa data. De meados do séc. XVIII em diante a mineração não fizera mais que declinar; o seu apogeu deve ser fixado naquele momento, quando se chega ao máximo da produtividade das minas e interrompem-se as descobertas sucessivas que iam mantendo uma chama que bruxuleava nalguns lugares, e se apagava já em outros; quando finalmente a atividade dos mineradores se estende sobre sua maior área de expansão.

As causas da decadência que se segue não são difíceis de precisar. Aliam-se aí fatores naturais, que são as características peculiares das jazidas auríferas do território brasileiro, com outros mais profundos, econômicos e sociais. Sabe-se que o ouro explorado no Brasil proveio sobretudo de depósitos aluvionais recentes. As rochas matrizes são entre nós